

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens a seguir.

- 41 **Situação hipotética:** Um fornecedor de equipamentos industriais vendeu, à vista, uma máquina por um valor 10% abaixo do valor habitual de mercado. As partes envolvidas não tinham qualquer outro tipo de relacionamento a não ser a transação descrita, não se achavam constrangidas de qualquer forma e possuíam pleno conhecimento sobre o mercado e as características do negócio que realizavam. **Assertiva:** Nessa situação, na data da realização da transação, o preço acordado foi o seu valor justo.
- 42 Ao se ajustar o fluxo de caixa de um negócio a valor presente, não havendo possibilidade de estimar confiavelmente o prêmio de risco envolvido, poder-se-á optar pela taxa de juros livre de risco, externa ao negócio, como taxa de desconto.
- 43 Para que um ativo financeiro seja mensurado ao custo amortizado, é necessário que suas cláusulas contratuais prevejam fluxos de caixa exclusivamente de principal e juros sobre esse principal, nas datas previamente acordadas, e que o modelo de negócio em que o ativo esteja inserido tenha por objetivo receber esses fluxos de caixa contratuais.
- 44 A utilização de ações disponíveis em tesouraria para a captação de caixa por meio do ingresso de novos acionistas não controladores na entidade constitui um tipo de receita.
- 45 Se uma empresa for adquirida em uma combinação de negócios e, inesperadamente, após a aquisição, o adquirente obtiver um ganho com a liquidação em condições vantajosas de um passivo da adquirida, tal ganho representará um *goodwill*.

Julgue os itens seguintes, a respeito da elaboração das demonstrações contábeis segundo os pronunciamentos do CPC e a legislação vigente.

- 46 O valor pago na aquisição de um imóvel destinado a locação a terceiro é exemplo de fluxo de caixa decorrente de atividades de investimentos.
- 47 A segregação usual entre ativos circulantes e não circulantes, realizada no balanço patrimonial, pode ser substituída pela apresentação de alguns ativos e passivos por ordem de liquidez, quando tal procedimento fornecer informação mais confiável e relevante sobre tais itens patrimoniais, mantendo-se, para os demais ativos e passivos, o critério tradicional.
- 48 Na demonstração de resultados do exercício, as receitas devem ser apresentadas pelo critério de competência, avaliadas segundo seu custo histórico.
- 49 Uma empresa que tenha adquirido insumos de terceiros para seu processo produtivo deve apresentar esses valores na seção da demonstração do valor adicionado destinada à demonstração da riqueza criada pela entidade.
- 50 Apesar de ser facultativa, segundo a legislação societária, a demonstração de mutações do patrimônio líquido integra o rol de demonstrações financeiras classificadas como obrigatórias pelo CPC.
- 51 Ajustes de exercícios anteriores afetam a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, desde que sejam derivados de fatos subsequentes.

Com referência à utilização de custos para fins de controle e gestão, julgue os próximos itens.

- 52 **Situação hipotética:** Em dado período, uma indústria que apropria custos indiretos a seus produtos à razão do tempo de mão de obra direta necessário à produção produziu 6 mil unidades do produto A e 4 mil unidades do produto B, incorrendo em 6 minutos para a produção de cada unidade do produto A e 18 minutos para a produção de cada unidade do produto B. **Assertiva:** Nessa situação, o produto A receberá um terço dos custos indiretos de produção do período.
- 53 **Situação hipotética:** Em determinado período, certa indústria produziu 25 mil unidades de seu único produto, tendo vendido 80% dessas unidades. Não havia estoques iniciais de qualquer espécie e os custos indiretos de produção fixos somaram R\$ 500 mil. **Assertiva:** Nessa situação, no período considerado, o lucro antes do imposto de renda apurado pelo método do custeio por absorção será R\$ 100 mil maior do que o apurado pelo método do custeio variável.
- 54 **Situação hipotética:** Uma indústria que trabalha com o sistema de custo padrão para fins gerenciais utiliza um número padrão de horas de mão de obra direta (mod) de 0,45 hmod por unidade produzida, sendo a sua taxa padrão de mod igual a R\$ 13 por hora. Na última semana, foram fabricadas 200 unidades de seu produto único, tendo sido verificadas variação de taxa de mod de R\$ 90 favorável e variação total de mod de R\$ 40 desfavorável. **Assertiva:** Nessa situação, o número efetivo de horas de mod empregadas na produção foi superior ao esperado em mais de 10%.
- 55 Uma das vantagens do custeio embasado em atividade, em relação a outras metodologias de custeio, é que a íntegra dos custos associados a atividades é apropriada sem rateio aos objetos de custeio, evitando que custos identificados como de atividade possam ir parar no resultado sem passarem pelos objetos de custeio.
- 56 O sistema de custeio RKW, caracterizado pela apropriação tanto de custos do período quanto de custos de produção dos produtos, realiza o que se pode chamar de custeio pleno ou total, dispensando, por isso, a departamentalização e demandando técnicas de rateio próprias, distintas das do custeio por absorção.
- 57 **Situação hipotética:** Em determinado mês, uma empresa calculou seu ponto de equilíbrio em receita de vendas em R\$ 180.000, tendo obtido uma margem de segurança de 20% e um lucro líquido operacional de R\$ 27.000. No mês subsequente, quando está prevista uma expansão de 5% em suas vendas, espera-se um lucro líquido operacional líquido de R\$ 33.750, sem nenhuma alteração em custos ou preços. **Assertiva:** Nessa situação, o índice de margem de contribuição é de 70% em ambos os meses.

No que se refere a avaliação e mensuração dos itens do ativo imobilizado, julgue os itens subsequentes.

- 58 Enquanto o custo deduzido da depreciação, amortização ou exaustão, revisado periodicamente pela avaliação de recuperabilidade do valor investido, é o critério de avaliação de ativos imobilizados na maior parte das empresas, nas empresas agrícolas, os ativos biológicos devem, em geral, ser avaliados a valor justo.
- 59 A constatação de que o valor de mercado das ações de uma empresa é inferior ao seu valor patrimonial é um indicativo externo de que seus ativos podem estar sobreavaliados, sinalizando a necessidade de realização de testes de recuperabilidade do valor patrimonial desses ativos.
- 60 **Situação hipotética:** Uma empresa adquiriu o equipamento industrial X, com vida útil estimada de 10 anos e capacidade de processamento de um milhão de peças. X custou R\$ 350 mil e apresentou a produtividade de 80 mil peças no primeiro ano e 120 mil peças no segundo ano. No final do primeiro trimestre do terceiro ano de utilização de X, quando já haviam sido produzidas mais 40 mil peças, a empresa resolveu substituir esse equipamento por um mais moderno, tendo realizado a venda de X por R\$ 270 mil. A depreciação de X foi calculada pelo método das unidades produzidas. **Assertiva:** Nessa situação, a empresa realizou uma perda com a baixa de X.

Julgue os itens a seguir, a respeito da composição e das variações do patrimônio público e da mensuração dos seus elementos.

- 61 Um dos requisitos para que um recurso seja classificado como ativo de uma entidade é o seu controle, o que significa sua propriedade legal.
- 62 A situação patrimonial líquida não se confunde com resultado patrimonial, uma vez que a primeira consiste na diferença entre ativos e passivos enquanto o segundo decorre do confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas do período.
- 63 Na concessão de suprimento de fundos, a variação patrimonial diminutiva é reconhecida no mesmo instante da liquidação, uma vez que o fato gerador consiste no ato do ordenador de despesa que autoriza a entrega do adiantamento.
- 64 O valor de mercado, como base de mensuração de ativos, consiste no custo mais econômico necessário à entidade para substituir determinado ativo na data do relatório.
- 65 Um ativo imobilizado ou intangível pode ter seu valor contábil aumentado em função de teste de imparidade, desde que esse aumento configure reversão de uma perda por irre recuperabilidade reconhecida anteriormente e até o limite do valor contábil que ele teria se nenhuma perda por irre recuperabilidade tivesse sido reconhecida.
- 66 Os imóveis são ativos imobilizados e, portanto, sofrem depreciação; no entanto, essa depreciação recai somente sobre a parcela do imóvel correspondente à construção, mas não sobre a parcela correspondente ao terreno.

Acerca das receitas e das despesas públicas, suas etapas e estágios, e da Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os itens subsequentes.

- 67 Receitas públicas originárias são aquelas arrecadadas pelo poder público por meio da soberania estatal, como é o caso das receitas de impostos.
- 68 Após a aprovação da lei orçamentária, o Poder Executivo deverá editar decreto de programação financeira que funcionará como orçamento de caixa a fim de compatibilizar a execução das despesas com o fluxo esperado das receitas ao longo do exercício financeiro.
- 69 O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público criou novo estágio da execução da despesa orçamentária, não previsto na Lei n.º 4.320/1964, a fim de identificar que o fato gerador ocorreu antes do empenho da despesa.
- 70 A execução orçamentária e financeira da despesa no governo federal é feita por meio do SIAFI, mediante a utilização de documentos de entrada, tais como a nota de empenho e a ordem bancária.
- 71 O Banco Central do Brasil paga remuneração ao Tesouro Nacional sobre o saldo diário da Conta Única nele depositada, segundo a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais.

Julgue os próximos itens, relativos à contabilidade de custos e aos sistemas de informação de custos na administração pública.

- 72 A Lei de Responsabilidade Fiscal avançou em relação à Lei n.º 4.320/1964, ao determinar que a implantação de um sistema de custos permita a avaliação dos resultados e do desempenho da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e não somente a determinação do custo dos serviços prestados pelo Estado.
- 73 A informação de custos deve ser oportuna, ou seja, estar disponível no momento adequado à tomada de decisão.
- 74 No setor público, o sistema de informação de custos deve ser independente em relação aos demais sistemas de informações e gestão, a fim de não sofrer interferências destes.
- 75 No método de custeio variável, os custos fixos são considerados despesas do período.

Julgue os seguintes itens, relativos à elaboração e à divulgação de informações contábeis e de demonstrações contábeis no setor público.

- 76 Os relatórios contábeis de propósitos gerais abrangem as demonstrações contábeis, mas não se limitam a estas.
- 77 O valor do superávit financeiro de exercícios anteriores utilizado para a abertura de créditos adicionais é apresentado no balanço orçamentário e utilizado no cálculo do déficit ou superávit orçamentário, mas não é considerado receita orçamentária do exercício de referência.
- 78 A elaboração do balanço patrimonial não se vale somente de contas de natureza patrimonial, uma vez que há quadro de contas de compensação elaborado com a utilização de contas de natureza de controle.
- 79 A demonstração de fluxos de caixa no setor público pode ser realizada pelos métodos direto ou indireto; nesta segunda opção — método indireto —, parte-se do resultado patrimonial do exercício, obtido na demonstração das variações patrimoniais, e realiza-se ajuste pelos itens que impactam esse resultado, mas não possuem efeito no caixa.
- 80 O balanço financeiro do setor público é composto por um único quadro, no qual as receitas e as despesas orçamentárias executadas são classificadas por fonte e destinação de recursos.

No que se refere a noções básicas de tributos e a tratamento contábil aplicável aos impostos e às contribuições, julgue os itens a seguir.

- 81 É lícita a instituição de taxa que possua base de cálculo idêntica à de um imposto.
- 82 A cobrança da contribuição de melhoria deve respeitar como limite total a despesa realizada na obra pública e como limite individual o acréscimo de valor resultante ao imóvel beneficiário.
- 83 A majoração de alíquota do imposto de renda deve seguir o princípio da anterioridade do exercício financeiro, mas não o princípio da anterioridade nonagesimal.
- 84 Os estados e o Distrito Federal poderão instituir a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, facultando a sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
- 85 No caso de importação de produtos de bens estrangeiros industrializados, a base de cálculo do IPI equivale ao preço normal do produto, acrescido não só das taxas exigidas para a entrada do produto no país, mas também dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis.

Uma empresa adquiriu R\$ 220.000 de materiais para a produção, sendo recuperáveis R\$ 20.000 de IPI e R\$ 24.000 de ICMS.

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens a respeito do tratamento contábil aplicável aos impostos e às contribuições.

- 86 O lançamento contábil a ser realizado na data de aquisição dos materiais deverá ser o seguinte.
- D – Estoque de matérias-primas – R\$ 176.000
D – IPI a recuperar – R\$ 20.000
D – ICMS a recuperar – R\$ 24.000
C – Fornecedores – R\$ 220.000
- 87 O lançamento contábil a ser realizado no término do período de apuração do IPI deverá ser o seguinte.
- D – IPI a recuperar – R\$ 20.000
C – IPI a recolher – R\$ 20.000

Em relação às retenções na fonte realizadas pela administração pública federal, julgue os próximos itens. Nesse sentido, considere que a sigla IR, sempre que utilizada, se refere a imposto de renda.

- 88 A retenção na fonte realizada por órgão ou entidade da administração pública federal não dispensa, em relação aos pagamentos efetuados, as demais retenções previstas na legislação do IR.
- 89 Não serão retidos os valores correspondentes ao IR, à CSLL, à COFINS e à contribuição para o PIS/PASEP de pagamentos efetuados a título de prestações relativas à aquisição de bem financiado por instituição financeira.
- 90 Serão retidos os valores correspondentes ao IR e à CSLL dos pagamentos efetuados a condomínios edilícios.
- 91 Os valores retidos na fonte a título de CSLL que excederem ao valor da respectiva contribuição a pagar no mesmo mês de apuração poderão ser restituídos ou compensados com débitos relativos a outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- 92 Os valores retidos na fonte a título de COFINS somente poderão ser deduzidos com o que for devido em relação à mesma espécie de contribuição e no mês de apuração a que se refere a retenção.

- 93 Na hipótese de não retenção da contribuição para o PIS/PASEP, aplicam-se integralmente as penalidades e os demais acréscimos previstos na legislação do IR.

Julgue os itens subsecutivos, relativos às Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil n.º 971/2009 e n.º 1.234/2012 e à Lei Complementar n.º 116/2003.

- 94 Os valores retidos pelas empresas públicas federais deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional até o último dia útil do segundo decêndio do mês subsequente ao mês em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica.
- 95 Os prestadores de serviços de limpeza deverão informar nos boletos bancários o valor bruto do preço do bem ou do serviço e os valores do IR e das contribuições a serem retidos na operação, devendo o seu pagamento ser efetuado pelo valor líquido.
- 96 É permitida a inscrição como segurado facultativo do regime geral de previdência social da pessoa física maior de dezesseis anos de idade que esteja filiada obrigatoriamente ao regime próprio.
- 97 Não integram a base de cálculo para fins de incidência de contribuições previdenciárias do empregado as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, incluído o valor correspondente à dobra da remuneração de férias.
- 98 Se uma empresa com estabelecimento no município Alfa presta serviços de transportes coletivos rodoviários no município Beta, então o ISS relativo ao serviço prestado compete ao município Alfa.
- 99 A alíquota máxima do ISS é de 5%.
- 100 A lei — ou o ato municipal ou distrital — que desrespeite a alíquota mínima do ISS será considerada nula, mas com efeitos *ex nunc*, não gerando direito à restituição do valor pago pelo prestador de serviço.